



ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO DE SETORIAL DE INFRAESTRUTURA (CT-INFRA)

Data: 13/12/2011

Horário: das 14:30h às 18:00h

Local: Sede do MCTI – BRASÍLIA - DF

1. PRESENTES

1.1 – Membros do Comitê Gestor

Luiz Antonio Rodrigues Elias – MCTI – Presidente do CT-INFRA
Luiz Cláudio Costa – MEC
Luiz Carlos Rego – MEC
Glaucius Oliva - CNPq
Glaucio Antonio Truzzi Arbix – FINEP
Manoel Santana Cardoso – CAPES (Representante)
José Ivonildo do Rêgo – Comunidade Científica
Álvaro Toubes Prata - Comunidade Científica

Ausência Justificada

Jorge Almeida Guimarães- CAPES

1.2 – Equipe Técnica e Convidados

Antonio Ibañez Ruiz – MCTI/ASCOF
Célia Maria Poppe de Figueiredo
Fernanda De Negri - MCTI
Monique Teresinha Pyrrho de Souza Silva – MCTI/ASCOF
Roberto Vermulm - FINEP
Sávio Tulio Oselieri Raeder – MCTI/ASCOF
Sílvia Velho – CGEE
Yara Josengler – MCTI/SEXEC

2. PAUTA DA REUNIÃO

1. Balanço da execução das ações autorizadas pelos comitês em 2011
2. Orçamento de 2012 – cenário CNPQ e FINEP
3. Início do processo de planejamento das ações de 2012
4. Documentos básicos do FS: diretrizes do FS, regimento interno, manual operativo
5. Avaliação dos fundos
 - 5.1. Pesquisa amostral – levantamento de resultados de projetos – Ascocf
 - 5.2. Avaliação do FS – IPEA/CEDEPLAR
6. Sistema SIGCTI – escritórios virtuais
7. Outros assuntos
 - 7.1. Ata da última reunião
 - 7.2. Calendário de reuniões de 2012

3. ANDAMENTO DA REUNIÃO

1. A reunião foi aberta pelo Secretário Executivo do MCT e Presidente do Comitê Gestor, Luiz Antonio Rodrigues Elias, que deu boas vindas a todos os presentes. O Presidente leu a pauta da reunião e questionou se os membros gostariam de incluir algum tema para a discussão. Todos concordaram com a pauta da reunião.
2. Após a abertura, o Presidente ressaltou a importância da presença de todos os membros do Comitê no Seminário das Agências Reguladoras sobre Iniciativas em C,T&I no dia 14 de dezembro, quando serão apresentados os investimentos das agências reguladoras em CT&I. O Seminário objetiva integrar as ações do MCTI e das agências reguladoras e concessionárias para fomentar as cadeias produtivas associadas. Adicionalmente, o Ministro Aloísio Mercadante apresentará a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia.
3. Feito o convite, o Secretário Antonio Elias passou imediatamente a palavra para a representante técnica da FINEP, Célia Maria Poppe de Figueiredo, para que relatasse o andamento das ações do Fundo de Infraestrutura executadas pela agência em 2011.

Célia Maria Poppe de Figueiredo recapitulou as ações aprovadas anteriormente e que ainda têm impactos no orçamento de 2011 e 2012. São elas: (i) Chamada Pública Campi Regionais 01/2010; (ii) Chamada Pública Campi Estaduais e Municipais 03/2009; (iii) Chamada pública PROINFRA 01/2009. Adicionalmente, foi apoiada uma encomenda para Infraestrutura de Laboratórios Nacionais Embarcados (IELEMAR). Abaixo, encontra-se o plano de investimento referente a essas ações e o desembolso realizado até o momento.

Ações	Plano de investimento 2010-2012	Recursos aprovados	Desembolso
Chamada Pública Campi Regionais 01/2010	R\$ 60.000.000,00	R\$ 59.979.000,00	R\$ 10.685.000,00
Chamada Pública Campi Estaduais e Municipais 03/2009	R\$ 30.000.000,00	R\$ 29.273.000,00	R\$ 6.487.000,00
Chamada pública PROINFRA 01/2009	R\$ 360.000.000,00	R\$ 359.759.000,00	R\$ 96.253.000,00
Infraestrutura de Laboratórios Nacionais Embarcados (IELEMAR)	R\$ 14.000.000,00	R\$ 13.969.000,00	R\$ 10.100.000,00

O Presidente do CG pediu a palavra para ressaltar que é importante ter em mente que as ações aprovadas em 2010 impactarão ainda o orçamento do ano de 2012. Assim, ainda para o ano de 2012 estarão comprometidos R\$ 150 milhões.

A representante técnica da FINEP informou que os projetos da Chamada pública PROINFRA 02/2010, que na última reunião se encontravam em processo de análise, já foram aprovados e estão atualmente em contratação. Em virtude de recursos impetrados ao edital, o plano de investimento referente a esta Chamada, inicialmente de R\$ 360 milhões, foi suplementado e totaliza R\$ 361.008.000,00.

Em sua apresentação, a representante da FINEP relatou que a execução orçamentária no ano de 2011 tem encontrado problemas devido à determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011 que veta a contratação de projetos por meio de fundações com mais de duas prestações de contas em atraso. No entanto, esta condição não consta da LDO de 2012, o que facilitará a execução das ações a partir de janeiro de 2012.

Foi apresentado um quadro comparativo entre a demanda qualificada apresentada na ocasião da Chamada Pública PROINFRA 02/2010 e os recursos aprovados. Apesar de terem sido aprovados 118 dos 178 projetos que se candidataram, a discrepância entre a demanda por recursos e sua aprovação é bastante significativa. Enquanto a demanda superou R\$ 1 bilhão, foram aprovados recursos da ordem de R\$ 361 milhões. Isto representa um corte de mais de 60% da demanda inicial.

O Presidente do CNPq ressaltou, no entanto, que este índice de aprovação abaixo da demanda não é exclusiva da FINEP. Agências semelhantes no contexto internacional possuem, segundo ele, uma taxa de aprovação em torno de 20% da demanda apresentada.

Outro aspecto digno de nota foi o fato de que o critério estabelecido legalmente de que pelo menos 30% dos recursos do PROINFRA sejam destinados às Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste já foi respondido espontaneamente somente pela aprovação da demanda apresentada sem demandar adicionais esforços de priorização.

Quanto à execução orçamentária, propriamente, a situação apresentada pela representante da FINEP é resumida no quadro abaixo.

		R\$Milhões		
ANO	2009	2010	2011	
ORÇAMENTO				
FNDCT/ FUNDOS SETORIAIS	2.634	2.744	3.334	
FNDCT/ FUNDOS SETORIAIS C/ CONTINGENCIAMENTO	1.860	2.744	2.724	
CT-INFRA APROVADO	318	399	306	
CT-INFRA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	311	397	230 (em 05.12.2011)	

- Após a apresentação da representante da FINEP, o Presidente do CG passou a palavra para o Presidente do CNPq, Glaucius Oliva, que apresentou o balanço das ações do CT-INFRA no âmbito de sua agência.

O Presidente do CNPq iniciou sua apresentação com um quadro geral sobre as ações do FNDCT executadas pelo CNPq, destacando a importância do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o orçamento da agência. Declarou, no entanto, que o orçamento da Agência foi incrementado em R\$ 200 milhões para o ano de 2012, em virtude do Programa Ciência sem Fronteiras.

Em relação ao orçamento do Fundo de Infraestrutura, propriamente, informou que o orçamento

referente ao ano de 2011 corresponde a R\$ 2,7 milhões. Mais de 70% destes recursos já foram empenhados, restando R\$ 400.000,00 a serem empenhados em 2012.

5. Após a apresentação das agências FINEP e CNPq, o Secretário Luiz Antonio Rodrigues Elias apresentou a proposta de orçamento do FNDCT e o Plano de Investimentos do FNDCT para 2012. O orçamento total proposto é de R\$ 3,72 bilhões, dos quais R\$ 1,76 bilhão será destinado a ações pré-definidas. Desta forma, aos Fundos Setoriais, propriamente, será destinado R\$ 1,99 bilhão, com a destinação de R\$ 1,026 bilhão para ações transversais e R\$ 968 milhões para ações verticais. Como proposta de aplicação dos recursos, R\$ 96 milhões serão destinadas a taxa administrativa e R\$ 1,32 bilhão a compromissos anteriores para ações já implementadas pela FINEP e pelo CNPq. Assim, resta um saldo de R\$ 576 milhões para novas ações em 2012, das quais R\$ 309 milhões seriam voltadas para ações verticais e R\$ 267 milhões para ações transversais. A proposta de orçamento para 2012 é resumida no quadro abaixo.

ORÇAMENTO 2012 – PLOA			3.762
APLICAÇÕES PRÉ-DEFINIDAS (47% ORC FNDCT) *			1.769
	Instrumentos FVA	302	
	Operações de Crédito FPDTE	933	
	Subvenção Econômica	504	
	Outras Ações do FNDCT	30	
AÇÕES ESPECIFICAS DOS FUNDOS SETORIAIS			1.993
	Ações Verticais	968	
	Ações Transversais	950	
	Ações Transversais - IMPA, MAMIRAUÁ, ABTLuS, CGEE, RNP	76	
PROPOSTA DE APLICAÇÃO			1993
	Taxa de Administração (2%) e Despesa Operacional (3%)	96	
	Compromissos anteriores para execução em 2012 FINEP(898) CNPq(460)	1321	
	Déficit das Ações Verticais a ser transferido para 2013 => (CT-INFRA)	37	
SALDO PARA NOVAS APLICAÇÕES EM 2012			576
	Ações Verticais	309	
	Ações Transversais	191	
	Ações Transversais (IMPA, MAMIRAUÁ, ABTLuS, CGEE, RNP)	76	

6. O Presidente do CT-INFRA informou que ao Fundo, especificamente, serão destinados R\$ 364 milhões para o orçamento de 2012. A discussão sobre a destinação desses recursos será feita na próxima reunião do Comitê Gestor a se realizar após a primeira reunião do Conselho Diretor do FNDCT, com data provável para fevereiro do próximo ano.
7. O Secretário anunciou que como resposta à proposta colocada na 34ª Reunião Ordinária do Fundo por parte do Presidente da CAPES e pelo Presidente do CNPq de assumir conjuntamente a execução do PROINFRA, houve um entendimento de que será estabelecida uma parceria entre as três agências, FINEP, CNPq e CAPES, no intuito de compor ações mais robustas e integradas para implantação e recuperação de infraestrutura de instituições públicas de ensino superior e pesquisa.

Para tanto será lançada uma Portaria Interministerial do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esta portaria estabelecerá a criação de um Comitê Diretor

composto por dois representantes da FINEP, dois representantes do CNPq, dois representantes da CAPES e dois representantes da Secretaria Executiva do MCTI. O Comitê terá por objetivo principal estabelecer as formas de colaboração entre as agências.

A proposta inicial de orçamento do PROINFRA, neste contexto, seria uma contrapartida igualitária por parte da CAPES dos recursos aportados pelo FNDCT. Esta proposta, bem como o restante das condições, será sujeita à avaliação do Comitê Gestor do CT-INFRA.

A fim de estabelecer esta integração, realizar-se-á uma avaliação da presente situação da infraestrutura de pesquisa e ensino, bem como da capacidade estrutural atual das Instituições de Ensino Superior e Pesquisa no País. A integração não será realizada ainda neste ano devido à dificuldade de organizar as ações neste momento, mas espera-se que a partir do ano que vem seja possível a articulação das agências com o enfoque no aumento da eficiência das ações.

O Secretário reportou a intenção do Ministro Aloísio Mercadante de anunciar a Portaria no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, caso o Comitê Gestor aprove a iniciativa. O Secretário, então, abriu a discussão para os demais membros.

8. O Presidente da FINEP ressaltou a importância da integração das ações no intuito de melhorar as condições de infraestrutura de ensino superior e pesquisa no País. Relatou, no entanto, que seu entendimento a respeito da contrapartida da CAPES havia sido diverso daquele relatado pelo Secretário. Segundo ele, o orçamento do PROINFRA seria já incrementado neste ano de 2011 com R\$ 40 milhões por parte da própria FINEP com uma contrapartida inicial de R\$ 120 milhões por parte da CAPES e ao final de dois anos a CAPES ofereceria uma contrapartida igualitária de R\$ 360 milhões. A contrapartida da CAPES seria importante para agregar valor às ações do PROINFRA e permitiria uma integração no sentido de gerar uma avaliação mais refinada dos impactos do fomento, com um levantamento mais consistente das necessidades das Universidades. Sugeriu, inclusive, a encomenda de uma pesquisa por amostragem, de caráter longitudinal, para acompanhar os resultados do PROINFRA nestas instituições. Este estudo seria importante para balizar as decisões do Comitê Diretor a ser instaurado.
9. O Presidente do CNPq reconheceu que os instrumentos PROINFRA, lançado anualmente pela FINEP, e o PRÓ-EQUIPAMENTOS, pela CAPES, são diversos quanto ao impacto e direcionamento. No entanto, no País, a pesquisa está fortemente relacionada à Pós-Graduação e, por isso, os instrumentos já têm ações convergentes. Neste sentido, uma maior integração das agências é importante para oferecer todas as condições necessárias para o incremento de atividades de ensino superior e pesquisa nas instituições públicas, como equipamentos, estrutura física e a qualificação de pessoal. Desta forma, é fundamental que o Comitê Diretor estabelecido por esta Portaria Interministerial tenha por papel compreender a dinâmica da pesquisa e ensino superior no País e qual a melhor forma de direcionar e integrar as ações de recuperação e implantação de infraestrutura de forma a promover ganhos nestas atividades.
10. O Secretário Luiz Antônio Elias reafirmou a importância do tema da avaliação do impacto do PROINFRA e exemplificou alguns esforços feitos pelo Ministério neste sentido. Foram citados o estudo a ser realizado pela CGEE/CEDEPLAR, a pesquisa amostral realizada pela ASCOF também em 2010 e o estudo do IPEA/CEDEPLAR também em 2010.

Quanto ao estudo do CGEE, segundo Fernanda De Negri, o objetivo do estudo é mapear a infraestrutura adquirida com recursos do PROINFRA bem como seus impactos sobre as atividades de ensino e pesquisa. O ponto de partida será o diretório virtual do CNPq. Será investigada a estrutura de laboratórios e a demanda de uso dos equipamentos para direcionar as próximas ações do PROINFRA.

Já a pesquisa amostral dos projetos financiados por recursos do FNDCT, realizada pela ASCOF,

utilizou o banco de dados disponível no próprio ministério aliado a questionários respondidos pelos coordenadores dos projetos. Os resultados da pesquisa amostral são positivos, mas devido a diversidade entre os projetos, torna-se necessária uma pesquisa de todos os projetos financiados.

O estudo do IPEA aponta na direção da continuidade das iniciativas de avaliação dos fundos.

11. Após uma profícua discussão, os membros do Comitê Gestor aprovaram a instauração do Comitê Diretor definido pela minuta de Portaria interministerial, sob a sugestão de incluir na redação da mesma a necessidade de contrapartida igualitária dos recursos do PROINFRA por parte da CAPES.
12. Foi apresentada aos membros do comitê a plataforma SIGCTI, um sistema de gerenciamento de documentos onde os membros dos Comitês Gestores podem encontrar e trocar informações pertinentes às atividades dos Fundos Setoriais, como atas, documentos técnicos e correspondências eletrônicas.
13. Seguindo a pauta da reunião, o Presidente do CG passou a palavra a Sílvia Velho, representante do CGEE, que expôs a atual situação do contrato para a atualização das Diretrizes Básicas do Fundo de Infraestrutura. A representante do CGEE informou que os trabalhos seriam abertos no início do ano de 2012 e que a participação dos membros do Comitê era fundamental para a qualidade e pertinência da redação do documento.

Foi abordada também a necessidade de análise e aprovação das minutas de Regimento Interno e Manual Operativo propostas pela ASCOF.

14. Esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

4. DELIBERAÇÕES

Foram tomadas as seguintes deliberações pelo Comitê Gestor:

1. Aprovação da instauração do Comitê Diretor de Integração de Ações no âmbito do Programa de Integração PROINFRA.
2. Aprovação da ata da 34ª Reunião do Comitê Gestor do CT-INFRA, realizada em 22 de setembro de 2011.
3. Aprovação do Relatório do Fundo Setorial de Infraestrutura de 2010, realizado pela FINEP.
4. Formalizar a aprovação, em consonância com deliberação anterior (*ad referendum*) do Comitê Gestor, da CHAMADA PÚBLICA CAMPI REGIONAIS 01/2010
5. Aprovação do termo de referência para a CHAMADA PÚBLICA PROINFRA 01/2011, no valor de R\$ 400 milhões.

Brasília, 22 de dezembro de 2011

.....
LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS